

# NEOCOLONIALISMO EM ÁFRICA E O DISCURSO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL<sup>1</sup>

Yolanda Victor Monteiro Garraão<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho visa debruçar sobre a colonização e suas complexidades e seus desdobramentos em África, num segundo momento analisar como opera o neocolonialismo sendo uma nova configuração da colonização e enquanto barreira externa a emancipação do continente africano. Por outro lado, sem perder de vista os problemas internos, ou seja, a quota a parte dos líderes políticos Africanos nesse processo. Na terceira e última seção questiona o modelo da cooperação para “ajuda” ao desenvolvimento promovida pelo Norte global. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa baseada nos dados bibliográficos. Acreditamos que este trabalho é de grande relevância acadêmica e social, por se tratar de um material teórico e acadêmico que possibilita leitura crítica sobre colonização e neocolonialismo que são projetos atuais. Consideramos que a cooperação internacional e “desenvolvimento” é de extrema importância desde que seja solidária. Isto porque dentro dessa lógica de interdependência sempre existe assimetria de poder dos estados dominantes que exploram os dominados, muitas das vezes de forma encoberta usando de discurso como “ajuda” ou cooperação.

**Palavras-chave:** Colonização. Neocolonialismo. Colonialidade.

## INTRODUÇÃO

O continente africano foi palco de várias invasões e usurpações pelos agentes externos, arrastada pela escravidão, imperialismo, colonialismo, capitalismo e seus resquícios. Percebe-se a continuidade dessa atividade usurpadora, por novas configurações

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (UNILAB/UFPE).

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades, licencianda em sociologia pela UNILAB e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).E-mail: [yolandamonteirogarrao@gmail.com](mailto:yolandamonteirogarrao@gmail.com).

como neocolonialismo e colonialidades. Perante esse cenário, esse trabalho visa debruçar sobre a colonização e suas complexidades. Num segundo momento visa analisar como opera o neocolonialismo, ou seja, uma nova configuração da colonização, tendo esse impedimento externo a emancipação do continente vale não perder de vista os problemas internos, ou seja, a quota a parte dos líderes políticos Africanos. Assim ambicionamos perceber entre externo e interno o que pesa mais, nos desafios contemporâneos para o “desenvolvimento”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa baseada nos dados bibliográficos. Acreditamos que este trabalho é de grande relevância acadêmica e social, por se tratar de um material teórico e acadêmico que possibilita leitura crítica sobre colonização e neocolonialismo que são projetos atuais. Antes de adentrar no cerne do nosso trabalho, consideramos pertinente narrar sobre o panorama histórico do colonialismo e suas complexidades

## **A COLONIZAÇÃO**

A escravidão sendo parte integrante e essencial para o colonialismo foi motor do acúmulo de capital para o ocidente. O ocidente parecia inicialmente não ter forte interesse em África, mas nos produtos advindos de África. Posteriormente, começaram a adentrar no interior de África para extrair riquezas e matéria primas para abastecimento do tímido e iniciado processo de capitalismo. Dada essa ambição, o ocidente se empenhou fortemente a escravizar e descapitalizar a África com intuito de reforçar o processo de acumulação de capital. Dialogando com INIKORI (2010), este autor enaltece que:

No Mediterrâneo Antigo, certamente houve, porém, de forma isolada, vendas de escravos oriundos da África subsaariana, mas somente no século IX ocorreu desenvolvimento, de forma significativa, da exportação de escravos provenientes da África negra rumo ao resto do mundo. Esse tráfico atendeu principalmente a região em torno do Mediterrâneo (inclusive a Europa Meridional), o Oriente Médio e algumas regiões da Ásia. Tal comércio durou vários séculos, haja vista que somente se extinguiu no começo do século XX. Todavia, as “quantidades” anuais assim exportadas nunca foram relevantes. Por outro lado, a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, abriu-se a exploração europeia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, se superpôs ao antigo tráfico: trata-se do tráfico transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX. Os dois tráficos perpetuaram-se simultaneamente durante quase quatro séculos e arrancaram milhões de africanos de sua pátria. Até hoje, o papel desse comércio no desenrolar da história mundial ainda não foi devidamente evidenciado. (INIKORI,2010, p.91).

Todo esse processo da negação e uso do outro como objeto e animal durante quase quatro (4) séculos nos demonstra quanto o sistema capitalista chega a ser desumano, em nome do ganho e acúmulo de riqueza. Williams (2012) evidencia no seu escrito que os países europeus tiveram grande ganho com o processo de escravização e o comércio marítimo triangular. Como exemplo de Inglaterra, França e a América colonial forneciam os navios e os produtos de exportações; a África, a mercadoria humana, as fazendas, as matérias primas coloniais. O navio negreiro saía de metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estas matérias primas eram trocadas com lucro por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida a metrópole. Por outras palavras, percebe-se que dentro desta lógica de movimentação de comércio triangular da escravidão e capitalismo, nessa busca incessante da matéria prima podemos considerar que a colonização e a escravidão andam de mãos dadas com o capitalismo. Williams (2012) ainda frisa que:

O comercio marítimo triangular deu um triplo estímulo à indústria Britânica. Os negros eram comprados com artigos britânicos, transportados para as fazendas, eles produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo processamento criava nova indústrias na Inglaterra e enquanto, a manutenção dos negros e seus donos nas fazendas fornecia mais um mercado à agricultura da nova Inglaterra e aos pescadores da Terra Nova (WILLIAMS, 2012, p.90).

Esses lucros no comércio possibilitaram a obtenção de riquezas que forneceram um dos principais fluxos da acumulação do capital que rendeu para financiamento da revolução industrial. Além do financiamento da revolução industrial, graças à mão de obra dos escravizados negros que fizeram dessas colônias canavieiras as colônias mais preciosas de que se tem notícia em todos os anais, ou seja, nos noticiários do ano do imperialismo WILLIAMS (2012). Essa ambição pela riqueza acarreta consequências desumanas isto porque:

Não existe um tijolo na cidade que não tenha sido cimentado com sangue de um escravo. Mansões suntuosas, padrões de vida luxuosos, criadagens de libré foram da riqueza construída com gemidos e os sofrimentos dos escravos comprados e vendidos pelos mercadores de Bristol. Em sua simplicidade infantil podiam não sentir a iniquidade de aquele comercio, mas podiam sentir que era lucrativo. (WILLIAMS, 2012, p101.)

Todas essas atrocidades acima citadas que impulsionaram a construção do ocidente como potência. Inclusive foi o capital acumulado no comércio com a índias

ocidentais que financiou James Watt e a maquinaria a vapor, isso demonstra que a revolução industrial não foi um processo endógeno mais sim exógeno de modo que graças a matéria prima roubada dos outros povos e mão de obra escravizada que deu suporte à concretização desse projeto. Nesse ciclo vicioso da colonização, além da dimensão da exploração econômica, percebe-se que a colonialidade do saber também foi essencial na construção da ideia de inferioridade e a negação do outro, mascarando a realidade e legitimando as ações coloniais, como demonstra Memmi (2007):

Algumas, vezes ainda agrada representar o colonizador como um homem de grande estrutura, bronzado pelo sol, calçado com botinas, apoiando em pá pois ele gosta de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe no horizonte de suas terras; entre duas ações contra natureza, ele se devota aos homens, cuida dos doentes e difunde a cultura, um nobre aventureiro, enfim um pioneiro diz (MEMMI, 2007, p. 37).

Analisamos que na realidade as intenções do colonizador são outras, que não seria nada menos que interesse econômicos:

Os motivos econômicos da empreitada colonial já foram esclarecidos por todos os historiadores da colonização, ninguém mais acredita na missão cultural e moral, mesmo original do colonizador (MEMMI, 2007, p. 37).

A ideia do colonizador como sendo pioneiro caiu por terra por consenso histórico que reprova esse ideário colonial, como sendo pioneiro aventureiro, seria nada menos que uma forma de mascarar a realidade e de legitimação da colonização como algo positivo, que na verdade o colonizador é usurpador que aparece como duplo injusto e um privilegiado ilegítimo. Sobre essa questão, Mudimbe (2013) chega a afirmar que:

Considera que, o colonialismo e a colonização significam essencialmente organização, arranjo. Ambas palavras têm mesma origem etimológica derivada do latim colere, que significa cultivar ou conceber, no entanto, a experiência colonial histórica não reflete, nem pode obviamente refletir, as conotações pacíficas que estas palavras podem obviamente refletir, as conotações pacíficas que estas palavras encerram. Pode, contudo, admitir - se que tanto os colonos aqueles que estabeleceram uma região e como os colonizadores aqueles que exploraram um território pelo domínio de uma maioria local. Tenderam ambos a organizar e transformar zonas não europeias em construções fundamentalmente europeias. (MUDIMBE, 2013. p.16).

Pelas considerações de Mudimbe (2013), analisamos que os termos colonialismo e colonização soam de forma doce, se comparada à barbárie feita nesse processo. Isto

porque, os atos cometidos em nome da colonização transcendem a origem etimológica do termo. Assim, podemos considerar que os que vencem a história são os que escrevem e inventam a história a seu favor.

Mudimbe (2013) faz uma análise do método representativo da organização colonial, sendo dividida por tripé de aquisição, distribuição e exploração das terras nas colônias, as políticas de domesticação dos nativos, e a forma de gerenciar organizações antigas e implementar novos modos de produção. Assim surgem três hipóteses e ações complementares: O domínio do espaço físico, as reformas das mentes, ou seja, lavagem cerebral dos nativos, e a integração de histórias econômicas locais segundo a perspectiva ocidental.

O autor fala que essa organização e arranjos feitos pelos colonizadores é com intuito de:

Constituir aquilo que se poderia chamar a estrutura colonizadora, que abarca completamente os aspetos físicos, humanos, completamente aspectos físicos, humanos, espirituais da experiência colonizadora. Esta estrutura também indica claramente a metamorfose prevista e projetada com um grande custo intelectual, por textos ideológicos e teóricos, que desde o final de século XIX até a década de 1950 propuseram programas para regenerar o espaço africano e seus habitantes. (MUDIMBE,2013p.16).

Tanto Mudimbe quanto Quijano enfatizam como o mundo colonizado foi degenerado e discriminado através do imperialismo cultural, mas também através das produções acadêmicas eurocêntricas impostas de uma forma dogmática, violenta e hegemônica. Nesta mesma linha de raciocínio, Boaventura Souza Santos (2010) enfatiza que a epistemologia ocidental como dominante foi construída na base da necessidade da exploração colonial que assenta do conhecimento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes, entre os atores sociais entre o quais são úteis, inteligíveis e visíveis ‘os que ficam de lado de cá da linha’ e os que são inúteis ou perigosos e invisíveis objetos de supressão ou esquecimento os que ficam do ‘lado de lá da linha’. (SANTOS, 2009, p. 24).

Estes autores nos mostram que a ciência e o conhecimento são armas muito perigosas, visto que serviram como grande aparato para subjugação do outro e legitimação da dominação.

## **OS IMPEDIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS PARA A EMANCIPAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO**

Os desafios para emancipação da África são diversos entre os quais a necessidade de descolonização que são aparatos que persegue o continente ao longo dos séculos que ainda persiste como acima abordada na seção anterior, desta maneira esse desejo pode ser possível mais é um caminho difícil de trilhar. Nesta ótica, Nkrumah (2011) alerta, no seu escrito, o neocolonialismo como o último estágio do imperialismo que:

O maior perigo que a África enfrenta actualmente é o neocolonialismo, cujo principal instrumento é a balcanização. Este termo define de modo particularmente correcto a fragmentação da África em estados pequenos e fracos; foi inventado para designar a política das grandes potências que dividiram a parte europeia do antigo Império Turco e criaram na península balcânica vários Estados dependentes e rivais entre si. (SANCHES, 2011, p. 287).

Devido essa ameaça externa, Sanches (2011) reforça a necessidade de união da África, não obstante, balcanizada ou fragmentada torna-se indefeso a exploração externa desse modo defende que a unidade política externa, plano de defesa, e um programa econômico comum, dirigindo para o desenvolvimento de todo continente (SANCHES, 2011, p. 288).

O desejo de Sanches contra a Balcanização não se concretizou, devido ao peso externo com cumplicidade de algumas elites políticas Africanas. Por outro lado, felizmente a ideologia pan-africanista, mantém firme nos diferentes sentidos, como a criação dos blocos econômicos, por exemplo a Organização da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). De acordo com DIALLO (2015):

Os processos que levaram a criação de Organização da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975, é um resgate da memória histórica para enfrentar a nova estratégia de balcanização e dominação da região pelo novo sistema colonial conhecido por “Neocolonialismo”. A penetração e permanência do neocolonialismo se deram através da criação do Estado conforme fronteiras e estruturas definidas pela colonização, que transformaram, por exemplo, a África Ocidental Francesa (AOF), que foi uma federação de oito territórios franceses na África em oito países (Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Daomé (atual Benim) (DIALLO, 2015, p. 247- 248).

Segundo Diallo (2015) a organização da CEDEAO procura defender os interesses comuns entre os países da Costa Ocidental, visa pela autonomia, efetivação de um sistema

geopolítico consistente. Ultrapassa os limites das fronteiras impostas pelo colonizador, busca integração regional em prol do desenvolvimento, opera no âmbito de resolução dos conflitos nos estados membros, presa pela livre circulação de pessoas e bens na África ocidental.

Esta balcanização tem sido apontada como um dos bloqueios da unidade Africana, nesta ótica, apesar das divergências ideológicas e políticas entre líderes africanos, no processo de descolonização e “independência”, buscou-se sempre a integração regional como meio mais adequado para a realização do sonho africano em prol do desenvolvimento econômico, político e sociocultural da África.

No que tange ao nosso debate sobre tentativas e necessidade de descolonização do continente Africano, Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2016), no seu texto “*Genealogías y linajes de la colonialidad en África desde los encuentros coloniales hasta la colonialidad de los mercados*<sup>3</sup>”, aborda que:

Descolonizar a mente africana", o que se está a revelar muito difícil num contexto em que a colonialidade ainda trabalha ativamente para levar os africanos a aceitarem a colonialidade como a visão dominante do mundo. As lutas descoloniais do século XX, que incluíram movimentos armados no Quênia, na Argélia, na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Angola, na Namíbia, no Zimbabué e na África do Sul, faziam parte de iniciativas africanas mais amplas destinadas a recuperar a densidade ontológica perdida, a soberania e a inclusão nas estruturas de poder da ordem global. Os anti-sistêmicos foram violentamente punidos antes de se adaptarem ao sistema mundial e à ordem global. Consequentemente, a descolonização pós-1945 materializou-se não como um projeto revolucionário de libertação anti-sistêmica, mas como um projeto reformista emancipatório pronto a ser acordado. (NDLOVU-GATSHENI, 2016, p.192-193, tradução nossa).

É evidente a persistência da colonialidade do poder e saber, como Gatsheni (2016) chama atenção que os dispositivos coloniais já estão enraizados na mente dos dominados consequentemente enfraquece a luta dos mesmos. Dialogando com Mbembe (2013) que também denuncia essas violências coloniais na contemporaneidade, enfatiza que:

África foi descolonizada sem autodescolonizar-se. No fundo, a colonização foi uma forma primitiva de supremacia e que lhe permitiam brutalizar os selvagens de sua consciência. Essas estruturas racistas do pensamento, da percepção e do comportamento voltam, aliás, a emergir atualmente, mesmo que seja sob formas diferentes - no contexto das controvérsias acerca do islamismo, o uso do véu ou da burca a questão das periferias, da imigração ou identidade. Dado que o racismo foi um dos principais ingredientes da

---

<sup>3</sup> Genealogias e linhagens da Colonialidade em África: dos encontros coloniais à colonialidade dos mercados. (tradução nossa).

colonização, descolonizar significa automaticamente desracializar (MBEMBE,2013, p.100).

Mbembe (2013) considera que a África foi descolonizada sem resolver os problemas estruturais da colonização, porque ainda surge novos problemas não resolvidos do passado. A questão racial e o comportamento ocidental são elementos visíveis nas sociedades africanas. A Fala de Mbembe (2013) é interessante no sentido que nos lembra que a luta pela descolonização é concomitante com a luta antirracista.

Por outro lado, é verdade que o continente perpassa por vários dilemas causada por agentes externos, mais vale lembrar a quota a parte dos líderes Africanos nesse balanço segundo Mbembe (2013).

Trata-se de um problema de relações de forças entre as classes dominantes e a sociedade. Arriscando-me a empregar uma linguagem um tanto anacrônica, diria que a democracia não se implantará em África sem um mínimo de antagonismos de classe. Enquanto a estrutura social permanecer gelatiniforme e as classe sociais não prestarem contas a ninguém, podem fazer aquilo que bem entendem com as riquezas nacionais e não têm qualquer motivo para servir os interesses públicos. Em contrapartida, servem de álibi étnico para disciplinar grupos humanos inteiros e desprovê-los de qualquer vontade de mudança consolidando os seus próprios interesses. (MBEMBE, 2013, p.300).

Segundo Mbembe (2013), é necessário a ruptura tanto no plano interno como externo, considerando que os agentes que serão decisivas nesse processo são as forças sociais, por exemplo no caso da exploração Francesa:

“Não é necessário esperar que essa ruptura parta da presidência francesa. Nem Nicolas Sarkozy nem qualquer outro dirigente, tanto de direita quanto de esquerda, a abolirão de livre vontade. Cabe às forças sociais Africanas impor a ruptura com esse sistema de corrupção recíproca que, caso contrário, perdurará. Chegou o momento de futuro digno desse nome. No fundo, ter-se-ia resumindo a umas relações humanas estabelecidas ao longo de vários séculos entre franceses e africanos (MBEMBE, 2013, p.197).

Mbembe (2013) aconselha que a ruptura com a exploração externa deve partir dos agentes internos em África não podemos ficar à mercê desses agentes e nem das elites políticas Africanas, essa ruptura pode ser impulsionada pelas forças sociais, uma vez que as elites políticas africanas têm a quota a parte dos empecilhos para “desenvolvimento”.

## **DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? REPENSANDO COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO PROMOVIDA PELO NORTE GLOBAL**

Como debatemos nas seções anteriores a necessidade da descolonização do continente Africano, ainda continuamos nessa empreitada. Ambicionamos, nessa seção, desmistificar como cooperação para “ajuda” ao desenvolvimento cria linhas da dependência político, econômico e social.

Maciel (2009, p. 216), explica a origem do termo cooperação da seguinte maneira:

O significado etimológico da palavra cooperar é “atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim”. Dessa forma, os seres humanos cooperariam para satisfazer necessidades ou realizar ações que gerem felicidade, ou seja, teoricamente, ajudando aos outros ajudaríamos a nós mesmos. Ao cooperar estaríamos desenvolvendo ações coordenadas para problemas comuns para os quais não possuímos resposta ou capacidade individual para solucioná-los. (MACIEL, 2009, p. 216-217).

A cooperação, segundo Maciel (2009, p. 216-217), provem da necessidade dos seres humanos satisfazerem seus interesses político, social, econômico, etc. Esse ato e ação não só ajuda os atores envolvidos, mas, desenvolve trabalho coletivo e resolução de problemas dos mesmos, que muitas vezes sozinho/individualmente não poderia ser resolvido ou ultrapassado sem cooperação e “ajuda” do outro. Porém dentro dessa lógica existem diferentes interesses, assim analisaremos até que ponto a cooperação pode ser solidária ou exploratória. Milani (2012, p. 221) adverte que “não devemos esquecer que o conjunto das relações entre os dois tipos de atores (doadores e beneficiários) também é reflexo da economia política internacional, ou seja, das assimetrias e hierarquias existentes entre o centro e a periferia, entre o Norte e o Sul do sistema internacional”.

Desse modo, podemos perceber que uma vez tendo hierarquias e assimetrias de poder, a cooperação internacional outra hora pode não ser solidário e beneficente para todos atores.

Em nome da cooperação internacional e da promoção do desenvolvimento têm sido difundidas visões políticas, por vezes redutoras das contradições e das assimetrias entre as classes sociais, as sociedades, as nações e a economia internacional, mas também têm sido perpetradas ingerências de natureza cultural, social, econômica e política. (MILANI, 2012, p. 212).

No âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, tudo está atrelado às questões de dominação, tanto na dimensão econômica quanto política e social percebe-se uma pirâmide dentro dessa lógica na qual os países do norte global estão no topo com

poder de barganhar e ditar regras. “A afirmação de que a ajuda internacional poderia remediar a pobreza não passaria de um mito: haveria, ao contrário, uma relação de causa e efeito entre a ajuda internacional e as mazelas do desenvolvimento africano (MOYO, 2010 *apud* MILANI, 2012, p. 218).

Moyo ainda tece críticas ferrenhas à ideia de ajuda para o desenvolvimento, na sua entrevista declara pela revista o país sobre seu livro *Dead aid* (ajuda morta). No qual ela afirma que “ajuda” não faz bem à África, ela acredita que o continente africano só vai encontrar caminho quando os países ricos pararem de tentar ajudar:

Sabemos o que traz crescimento. Não é um mistério sabemos que os países que se concentram em comercio vão muito melhor que os que se limitam a receber ajuda. Os países ricos deviam incentivar o comercio. Vejo, mesmo dentro da África, lugares como África do Sul ou Botswana, que vão muito melhor que outros países. Esses dois países não dependem da ajuda. Então precisamos perguntar continuamos estimulando ajuda a África após décadas perdidas. Sabemos que indivíduos, países e governos são norteados por incentivos. Se há o incentivo certo, as pessoas e os governos vão se comportar de determinada maneira. Oferecer ajuda-que não exige prestação de contas-permite aos governos roubarem e fazer o que querem. (MOYO, 2009. p.17).

Moyo (2009) aponta que, para sair das amarras da dependência é necessário romper com a “ajuda” dos países ricos visto que, só reforçam linhas de dependência econômica, financeira e política aos países africanos. Esta autora acredita que a solução seria potencializar o comércio e cita o exemplo da África do Sul e Botswana como evidência de países que fizeram ruptura com ajuda externa que de certa forma suas economias estão a crescer através do comercio.

Por outro lado, partindo da pergunta inicial dessa seção, desenvolvimento para quem? Implica dizer que estamos a questionar o modelo hegemônico do desenvolvimento, tendo em conta a pluralidade das visões e conceito do mesmo. Segundo Silva (2006, p.174). “O próprio significado do desenvolvimento em latim significa aumentar, fazer crescer, estender, desdobrar, aumentar”, isso implica dizer que o termo desenvolvimento é forjada no pensamento do Norte global, sendo uma sociedade capitalista que visa acúmulo de capital, ou seja, a racionalidade desses é permeada por valores materiais, no entanto na realidade, o termo desenvolvimento aparece como cortina de fumaça, já que, por detrás “visa interesses de grupos políticos e empresariais”. Nesta ótica, Arturo Escobar desconstrói o ideário do desenvolvimento, muitas vezes entendido como universal, e propõe a ideia de desenvolvimento do lugar. O mesmo autor chama atenção que:

Palavra desenvolvimento está de tal forma internalizada como sinônimo de benefício que causaria estranheza ter uma liderança sindical ou comunitária opondo-se a uma grande obra que promete trazer independência econômica para grupos marginalizados. Mas há um preço a pagar pelos empregos e pelo aumento da renda na comunidade que, na grande maioria das vezes, são ofertas temporárias por manterem-se apenas durante a construção das obras que prometem o desenvolvimento: poluem-se os rios, devasta-se a vegetação nativa e exploram-se os moradores locais como mão de obra barata. Tudo em nome de um modelo econômico que a sociedade não consegue discutir a sério, embora grupos já se insurjam contra ele em várias partes do planeta por perceberem a armadilha das suas promessas (ESCOBAR, 2001 *apud* SILVA, p.74).

Escobar nos instiga a pensar o desenvolvimento para além do capital e defende a necessidade de reconhecimento de outras formas de racionalidade além do norte global. Por exemplo, estes enxergam a natureza como espaço de apropriação e desapropriação incessante de recursos naturais, sem levar em conta que esses recursos são finitos e também o lado espiritual da natureza, por exemplo a cosmovisão de povos indígenas e Africanos, dialogando com Latouche (2013, p.181).

Se a píton é meu ancestral, como pensam os Ashanti, ou o crocodilo, para os Bakongo, é difícil fabricar cintos e bolsas com seu couro. Se as florestas são sagradas, como podem ser exploradas racionalmente? Na África, até hoje, enfrenta-se este tipo de obstáculo ao desenvolvimento. No sul do Togo a exploração da lagoa de Anecho, morada do crocodilo totêmico, só foi possível depois da expulsão de uma parte dos moradores. O mesmo ocorreu com a lagoa Ebríé em Abidjan, que foi palco de graves conflitos com a população local. (LATOUCHE, 2013, p.181).

É interessante refletir sobre o que chamamos de ‘desenvolvimento’ varia de lugar e contexto, inclusive o termo desenvolvimento é ausente em certos contextos mais percebe-se a negação dessa visão de mundo por conta do etnocentrismo e interesse dos países imperialistas que tendem a desacreditar outras percepções do mundo além do ocidental, para que possam explorar riquezas desses povos.

Desta forma, o modelo de desenvolvimento promovido pelo sul global é colocado a martelo na sociedade Africana. Consequentemente, segundo Latouche (2013, p.185): “A África das independências, entrou em falência econômica e política”, desencadeou-se no fracasso. Este autor acredita na outra África, aquela que o povo inventa e reinventa alternativas e mecanismos para sua sustentabilidade.

Por outro lado, Escobar (2005, p.75) nos oferece elementos para superar o modelo desenvolvimentista ocidental, afirma ele que existem conjuntos de trabalhos que tentaram superar armadilhas epistemológicas que impõe a teoria de globalização, que também oferecem elementos para pensar além do desenvolvimento do norte, assim surge

a chamada conceitualização do pós desenvolvimento, que oferece novos tipos de linguagens, compreensão e ação, por exemplo debates inovadoras sobre economia do lugar são pertinentes para superar o pensamento dominante do desenvolvimento. Este debate propõe que “o lugar se afirma em posição ao domínio do espaço e o não capitalismo em oposição ao domínio do capitalismo como imaginário da vida social”. Ao falar sobre desenvolvimento do lugar podemos citar inúmeros exemplos, entre eles o bem viver no Equador, segundo Costa (s\d). O bem viver é uma alternativa ao desenvolvimento, ou seja, uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo. Se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”.

O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência. (COSTA, s\d, p82).

Costa (s\d) acredita noutras formas de pensar o desenvolvimento além do ocidental. Desta forma, defende o resgate do bem viver, uma forma ancestral de convivência, resistência, que respeita a diferença e, acima de tudo, prioriza a coletividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos pertinente debruçar sobre neocolonialismo e colonialidade em África, no sentido de que é um mal que assola o continente africano na atualidade, ou seja, de uma forma contínua desde séculos passados.

O Continente enfrenta grande desafio para se libertar da dependência e exploração dos países imperialistas que tiram proveito da fragilidade dos pequenos estados, isto é, frutos da própria partilha da África em que os nativos nem tiveram a chance de assistir para posicionarem a favor ou contra a balcanização. De fato, foi um golpe duro para o continente africano.

Percebemos, através do estudo, que a proposta de União Africana está longe de se concretizar efetivamente, de modo que os homens Africanos estão instrumentalizados pelos colonizadores a manter a estrutura colonial e que estes não estão disponíveis para unir com os próprios irmãos Africanos em troca de subsídios com os agentes externos.

Dessa maneira podemos atribuímos quota a parte aos líderes africanos como responsáveis dos entraves do “desenvolvimento” dos países africanos.

Finalizando nosso trabalho, tendo em vista os argumentos apresentados pelos autores, consideramos que a cooperação internacional e “desenvolvimento” é de extrema importância desde que seja solidaria isto porque dentro dessa lógica de interdependência sempre existe assimetria de poder dos estados poderosos que exploram outros menos poderosos, as vezes de forma encoberta com discurso de “ajuda”.

Com a imposição de modelos prontos que não vão de acordo com a realidade desses estados mais “fracos”, ou seja, além da exploração de matéria prima destes são impostas ideologias modelos de desenvolvimento que os imperialistas consideram um estágio linear que os estados africanos e não só devem seguir sem respeitar as peculiaridades, que acarreta graves consequências para os subalternos travarem seus caminhos para o “desenvolvimento” com uma perspectiva endógena.

#### **REFERÊNCIAS:**

COSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

DA SILVA, Flávio José Rocha. **O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar.** PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 2, 2016.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A construção do Estado no Senegal e a Integração na África Ocidental:** os problemas da Gâmbia, Casamance e da integração regional. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar:** globalização ou pós-desenvolvimento? 2005.

INIKORI, Joseph E. **A África na história do mundo:** o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. 2010.

LATOUCHE, Serge. **A África Pode Contribuir para Resolver a Crise do Ocidente?.** Espaço Plural, v. 14, n. 28, p. 175-197, 2013.

MACIEL, Morato Tadeu: **As teorias de relações internacionais pensando a cooperação**. Ed. Ponto, 2009.

MBEMBE, Achile: **Sair da grande noite**: Ensaios sobre a África Descolonizada. Ed. Mulemba, 2013.

MEMMI, Albert. **Situação do colonizado**. Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MILANI, Carlos RS. **Aprendendo com a história**: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, v. 25, p. 211-231, 2012.

MOYO, Danbize. **Ajuda não faz bem à África**. Revista o País, p.16-17, 2009. Disponível em: [https://www.iese.ac.mz/lib/saber/rec\\_809.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/saber/rec_809.pdf) Acesso em 01.01.2020.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **DE ÁFRICA, A. Invenção**: GNOSE, Filosofia. A Ordem do Conhecimento. Edições Pedagogia, Luanda, 2013.

NDLOVU-Gatsheni, Sabelo. **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente** 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2016.

Pós-desenvolvimento. ed. colacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Revista Novos Rumos, n. 37, 2002.

SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. In: Epistemologias do Sul. 2010. p. 637-637.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.